

destaque do nome de Afonso Costa em relação ao de muitos outros dirigentes republicanos que intervieram no processo das missões laicas por Afonso Costa ser um símbolo de tempos caracterizados por “radicalismo sectário” que levaram a afrontamentos entre o Estado republicano e a Igreja Católica e dividiram os próprios republicanos. Gomes de Araújo atribui a esse radicalismo a impossibilidade de formar um consenso necessário para avançar com o projeto inovador das missões laicas. Na ausência deste consenso, o voluntarismo e empenho do diretor do CMU/IMU, Abílio Marçal, revelou-se ineficaz. O ritmo intenso que inculcou na realização do seu “empreendimento” não evitou descoordenações. Republicanos como os do Partido Unionista, que contestavam a hegemonia do Partido Republicano Português, mais conhecido como Partido Democrático, consideraram o IMU um instrumento político dos democráticos e atacaram-no como tal. O próprio critério de recrutamento de alunos para o IMU, junto de “abandonados e órfãos” contradizia o alto desígnio que era atribuído à missão civilizadora. As fragilidades dos recursos humanos que trabalharam nas missões laicas contribuíram para o seu descrédito.

Segundo o autor, antes do final da I República, em 1924/1925, as missões laicas já eram consideradas, inclusive por muitos republicanos, como um fracasso e uma expressão de radicalismo com “escassos resultados”. O processo do conflito republicano com a Igreja Católica levou também a uma afirmação e reconhecimento do papel das missões católicas em África, os quais seriam da maior relevância nos últimos ciclos do império português.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.)

*As Confrarias de Braga na Época Barroca*

Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2016. 156 p. ISBN: 978-989-755-200-7

ERNESTO ALVES JANA

Dado que toda a obra deve ser apreciada no seu conjunto, o presente título apresenta uma capa convidativa ao manuseio, pois é macia e resistente, fruto também de boas badanas. A mancha gráfica é agradável com um corpo de letra adequado, tanto no texto como nas notas de rodapé.

A coordenadora do volume, Marta Lobo de Araújo, aproveita a introdução para recuar até à Idade Média, às origens das confrarias. A função assistencial tende a sobrepor-se a outras, mas o final da Idade Média vê as confrarias e irmandades a não conseguirem dar resposta, pelo que tiveram de ser reestruturadas. A ajuda espiritual, o apoio e promoção ao culto passam a ser objetivos essenciais e a força que as confrarias demonstram impulsionou, por sua vez, a reforma da igreja católica. O séc. XVI vê em Braga a disseminação do culto mariano, e este culto, a par do das Almas e do Santíssimo Sacramento, foram as grandes apostas da igreja tridentina.

---

O volume reúne um conjunto de sete ensaios sobre as confrarias bracarenses, sendo certo que estas formavam na altura uma malha densa. O primeiro ensaio é o de Ariana Almendra que olha para “A Confraria de São Vicente no séc. XVIII: funcionamento e práticas assistenciais aos irmãos”. A autora revela-nos a funcionalidade da confraria em Seiscentos e as duas reformas estatutárias de Setecentos, sendo que a de 1768 mostrou a tendência de centralizar o voto. Os cargos estão estatutariamente consagrados, sendo interessante a menção da criação, a partir de 1768 de um conselho de 25 homens ágeis em negócios, que se pronunciavam sobre a mobilidade do dinheiro. Embora a prática da caridade exista nesta confraria, também é verdade que se discriminava em função do estatuto social.

Marta Lobo de Araújo redigiu “Devoção e assistência: um olhar sobre os estatutos de 1680 da Confraria da Sé de Braga”. Sobre esta confraria, criada em 1615, a autora informa-nos de alterações estatutárias ocorridas por três vezes antes de se fundir com outra instituição. A investigadora aborda o funcionamento interno da confraria, o que inclui os aspetos financeiros. O exercício do poder conforme a normativa e a assistência aos pobres bem como aos irmãos na passagem para a morte são aspetos igualmente chamados à colação. As procissões e a festa do padroeiro eram momentos em que a confraria e os seus confrades se mostravam à restante sociedade.

Ricardo Silva, em as “Confrarias conventuais em Braga na época Moderna”, foca a sua atenção nos conventos femininos e na sua relação com as confrarias. Os primeiros usaram as segundas tendo como fito a salvação da alma e usando um conjunto de mecanismos que fortaleciam a solidariedade. O autor aponta exemplos de conventos femininos bracarenses que abrigavam cinco e seis confrarias. Sendo certo que por detrás das confrarias teria de existir uma rigorosa administração financeira, também era verdade que as obrigações eram iguais para todas as confrarias, a saber: solidariedade, festa do padroeiro, ajuda entre confrades e reconhecimento social.

Elsa Silva deu à estampa “A Confraria de Santa Cruz de Braga e as cerimónias quaresmais (séc. XVIII)”. Tendo como base a ideia de que a Quaresma representa a abstinência e o triunfo do intelecto sobre os desejos e sendo um período de introspeção convidando os fiéis para uma maior e melhor prática das vivências religiosas, é aqui que as confrarias podem ter um papel importante, pois dão aos fiéis as procissões, recriações da Vida de Cristo e uma parenética que conduzirá os crentes a uma maior comunhão com o divino.

Sara Silva, em “A contabilidade da Confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)”, estuda um aspeto mais técnico, quicá, menos observado. Instituída já em época tardia, apresenta todos os requisitos modernos, possuindo livros de receita e despesa. A autora deu atenção ao crédito e teve como resultado de investigação o notar que os juros representavam cerca de 54% da receita e as quotas cobradas aos confrades 16% do volume de negócio. Existiam ainda outras rubricas como as esmolas, mas que eram menos representativas. As despesas mais significativas estão relacionadas com os atos litúrgicos. A confraria, em relação às congéneres, era modesta, mas financeiramente saudável, tratando-se de um caso de estudo menos vulgar.

José Hermes dos Santos Pimentel estudou “A assistência à alma na Confraria da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo na primeira metade do século XVIII”. A confraria iniciou a sua missão em finais do séc. XIV e, como as outras, tinha na salvação das almas o

principal ou um dos principais desígnios e tal desígnio traduzia-se em missas. E foi a celebração das missas que causou problemas tanto na celebração como na tesouraria. Com a falta de celebrantes, as missas a celebrar pelos irmãos vivos e defuntos no resultado de cumprimento de obrigações começaram a originar problemas. Não havia sacerdotes celebrantes que aceitassem levar os preços praticados pela confraria. Os atrasos acumulavam-se, a despesa aumentou e a insatisfação dos irmãos certamente que se manifestou.

Tiago Ferraz estudou “As confrarias de Braga e as dificuldades crescentes na celebração dos sufrágios perpétuos (século XVIII)”. O investigador constatou a diminuição dos legados, o que pressupunha a diminuição de rendimentos. Tal panorama implicava controlar custos, mas a verdade é que as despesas aumentam com a celebração de centenas de sufrágios bem como a subida do valor de cada missa. A isto acrescentou-se o atraso nas celebrações pondo em causa a credibilidade quer interna quer externa para além da sustentabilidade financeira. Atrasos nos sufrágios e aumentos de custo foram os problemas aliás identificados pelos trabalhos insertos na obra por parte destes dois últimos investigadores que percorreram transversalmente as confrarias bracarenses no período Setecentista.

FONSECA, Jorge

*Religião e Liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas  
(séculos XV a XIX)*

V. N. de Famalicão: Edições Húmus, 2016. 132 p. ISBN: 978-989-755-208-3

ERNESTO ALVES JANA

O autor é já figura grada graças aos trabalhos resultantes da sua investigação nas áreas da administração municipal, assistência e escravatura. A revista digital *Rossio* nº 7 (2016) seleccionou *Lisboa em 2015* e *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista* – de que é, respetivamente, coautor e autor –, como duas das 12 obras mais interessantes para descobrir a Lisboa dos Descobrimentos. A obra em apreço apresenta uma capa em negro mate com imagens de pormenor do Tombo da Irmandade dos Homens Pretos de Elvas, o que deixa percecionar o seu conteúdo. A mancha gráfica é cuidada embora o corpo de letra seja um pouco inferior ao desejado.

Jorge Fonseca elabora uma panorâmica do associativismo medieval e moderno afirmando que as primitivas confrarias datam dos sécs. XII ou XIII, e eram formadas pelos moradores de uma localidade que tinham de comum entre si uma dada condição profissional ou social, tendo objetivos similares como a assistência e a solidariedade para com os desfavorecidos. O dealbar da Idade Moderna assiste à progressiva apropriação das confrarias por parte da Igreja. Os templos começaram a abrigar várias confrarias em simultâneo. O surgimento das Misericórdias irá colmatar um crescente número de situações que já não eram abrangidas pelas confrarias. O autor tem a preocupação, aliás, legítima, de proceder à